



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639879 - CE (2021/0011374-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE
ADVOGADO : MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE - CE039631
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : RENATO ALVES PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO ALVES PEREIRA em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0620199-20.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 18/10/2020, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 14, da Lei n. 10.826/2003.

Aponta ilegalidade na conversão da prisão em flagrante em preventiva de ofício pelo magistrado, defendendo que a segregação cautelar não é admitida no caso em exame, tendo em vista que a pena máxima do delito imputado é de até 4 anos.

Sustenta, ainda, a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a custódia do paciente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do CPP.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e em definitivo, para que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E DESACATO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM JUÍZO PERFUNCTÓRIO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DESPROPORCIONALIDADE DO CÁRCERE CAUTELAR. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. SÚMULA 691 DO STF. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Quanto à conversão do flagrante em prisão preventiva, de ofício, pelo juiz, durante a investigação criminal ou no curso da ação penal, num juízo prévio, não há manifesta ilegalidade, pois a matéria atualmente é regulada pelo art. 311 do CPP, com redação dada pela Lei 13.964/2019, de modo que a análise da questão deve ocorrer, de forma

mais apurada, por ocasião do julgamento de mérito perante o colegiado do TJGO, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

2. Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, tendo em vista a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, de modo a demonstrar a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública.

3. A alegada desproporcionalidade da prisão preventiva em relação ao regime inicial a ser imposto no caso de uma possível condenação não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise.

4. Inexistindo ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 617.582/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2020, DJe 27/11/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."*

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi devidamente fundamentada.

No ponto, colhe-se a argumentação da decisão ora apontada como ato coator, *in verbis* (e-STJ fl. 13):

O caso em apreço, porém, não se enquadra nas hipóteses excepcionais, passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, porquanto em uma análise superficial, própria do momento, não se vislumbra a verossimilhança das alegações do impetrante.

Ademais, considero temerária a concessão da liberdade ao paciente neste momento, especialmente em razão do que foi consignado pelo magistrado de primeiro grau em sua decisão, segundo o qual o acusado já responde a diversos outros procedimentos, nos quais se apuram a prática de roubo, tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, dentre outros delitos, sendo que, quando da lavratura do flagrante, restou constatado que ele já tinha contra si um mandado de prisão em aberto, além do que foi ressaltado que há notícias nos autos de que o paciente é integrante da facção criminosa Comando Vermelho, sendo um dos principais suspeitos de uma onda de assaltos que vem ocorrendo no bairro Ancuri, Município de Itaitinga

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência